

Economia Global e Gestão

Global Economics
and Management Review



Semestral • Vol. III • 1-2/98

*Fim do "modelo asiático"? • Do global ao local na Ásia/Pacífico •
Crise de valores no Japão • Presente e futuro do Dólar de Hong Kong •
Objecto e método da Economia Industrial •
Imagens de Lisboa: 1498/1850*

NELSON SANTOS ANTÓNIO
JACQUES DE BANDT
JOSÉ CRESPO DE CARVALHO
MÁRIO CARVALHO
MIGUEL PINA E CUNHA
J. FERREIRA DIAS
J. GONÇALVES DIAS
DAVIS FONG
MARZIA GRASSI
JACKY HONG
LANCY MAC VAI IUN
VIVALDO MENDES
JOÃO MENEZES
MÁRIO MURTEIRA
HELENA MURTEIRA
BERNARDETE OZORIO
IMMANUEL WALLERSTEIN

Edição da
AEDG / ISCTE

Marzia Grassi

O papel da mulher empresária angolana no desenvolvimento do país: empresárias de Luanda e Benguela*

A importância da problemática do empresário ressurgiu nas últimas décadas quando no sistema económico mundial se generalizou a afirmação de modelos de desenvolvimento que tendem a reduzir o papel do Estado como agente económico e se preocupam, ao mesmo tempo, com a abertura das economias nacionais à competição no mercado mundial. O paradigma normativo que configura o sistema económico mundial é o da economia de mercado e, dentro do paradigma, o empresário constitui a categoria económica a privilegiar enquanto agente estratégico de desenvolvimento.

Actualmente, ser empresário em Angola, é muitas vezes uma questão de sobrevivência devido à falta de emprego. Os desempregados e subempregados procuram obter rendimentos que o sector privado e o Estado não conseguem garantir através da oferta de emprego e exploram, assim, todas as possibilidades de trabalho autónomo. Isto determina o aparecimento de várias categorias de empresários que assumem características diferentes conforme a sua categoria de proveniência: funcionários e ex-funcionários públicos que se tornam gestores de empresa, deslocados de guerra, refugiados e desmobilizados, mulheres vítimas da situação social caótica que procuram uma oportunidade de rendimento para assegurar a sobrevivência do agregado familiar e mulheres que, desfrutando de oportunidades de qualificação e parentesco, gerem lojas e empresas e se associam.

Em Angola a fase actual de "transição para a economia de mercado" tem originado uma informalização geral das actividades económicas, acentuando um fenómeno que se desenvolveu ao longo da década de 80 e no qual os operadores económicos assumem características peculiares de valores e comportamentos. O facto do sector formal da economia (à excepção do sector petrolífero) comportar custos e burocracia para as empresas, conduz estas a

* O artigo constitui uma síntese da tese de Mestrado em Estudos Africanos da autora, defendida em Outubro de 1997 no ISCTE de Lisboa e orientada pelo Dr. Manuel Ennes Ferreira, cujo título é: O papel da mulher empresária angolana: contributo para uma reflexão.

legalizar o próprio negócio, apenas quando isto significa poder beneficiar da situação normativa existente, como seja, por exemplo, o acesso ao crédito bonificado.

No contexto do mercado angolano actual distingue-se, com destaque importante, a figura da mulher empresária, a qual além de continuar a desempenhar o papel de "reprodutora", dedica-se a actividades produtivas no mercado informal e, em parte, no mercado formal.

De um ponto de vista económico-productivo, a mulher, na sociedade angolana está sempre mais presente, embora exista uma desigualdade no acesso ao rendimento, uma vez que o salário médio é mais baixo do que o recebido pelo homem; além disso colocam-se às mulheres mais dificuldades na obtenção de créditos bancários, por falta de acesso à informação relativa aos critérios de acesso e reembolso. Na área social, é entre as mulheres que se encontram as maiores taxas de analfabetismo e de mortalidade. Para além das actividades socialmente úteis, a mulher é ainda responsável pela maioria do trabalho doméstico. À informalização crescente da economia, que se tem desenvolvido como resposta à aplicação dos programas de estabilização económica, tem correspondido à mulher angolana um papel quantitativa e qualitativamente cada vez mais importante no mercado informal.

Com a desestruturação provocada pela guerra civil, com os efeitos perversos da ajuda internacional e da aplicação dos programas de estabilização económica, a intervenção da mulher no sector informal parece permitir um ajustamento do nível do emprego, da criação de rendimentos, da formação de capital e de abastecimento, visando as necessidades de capital e bens da economia angolana.

Estudar a mulher no mercado implica analisar os problemas do género. A mulher angolana tem tido, tradicionalmente, um grau mais elevado de participação em actividades comerciais do que o homem e desenvolve um papel fundamental na construção e conservação do agregado familiar¹. Ao mesmo tempo, é ela que suporta, para além dos constrangimentos legais e culturais que a colocam num lugar subalterno em relação ao homem, uma falta total de atenção para com os seus problemas, e nomeadamente da sua consideração na definição das políticas de desenvolvimento.

No contexto das transformações políticas, económicas e sociais ocorridas em Angola após o início da II República (Setembro de 1992), pretendemos analisar as características específicas das mulheres empresárias angolanas, mais precisamente da área do comércio, localizadas geograficamente nas cidades de Luanda e Benguela.

O EMPRESÁRIO NO CONTEXTO AFRICANO

Repensar as definições que as várias disciplinas das ciências sociais nos fornecem do empresário não parece ser suficiente para encontrar uma defini-

ção consensual para este agente económico e para a empresa africana. As definições clássicas inspiradas nas experiências ocidentais, não se aplicam, em geral, ao contexto histórico e sociocultural da África subsaariana.

O maior contributo à reflexão sobre este agente económico é o de Shumpeter, que sistematiza conceptualmente o empresário e clarifica o seu papel na sociedade, definindo-o num contexto económico dinâmico e separando-o, de maneira clara, do capitalista.

No contexto africano, a definição de Shumpeter aparece para muitos autores como restrita, devido ao facto de neste tipo de países se assistir, muitas vezes, a processos de imitação mais do que de inovação, levados a cabo por actores anónimos que nada têm a ver com a figura criadora e inovadora do empresário shumpeteriano. Kilby² referindo-se ao contexto africano, define o empresário como um "decision maker" que toma decisões sobre a alocação e a gestão dos recursos que são escassos. Ellis e Fauré (1995) acham que a definição de Kilby, conjugada com a definição de Shumpeter, fornece uma definição suficientemente clara do objecto empresarial africano.

A aplicação dos Programas de Ajustamento Estrutural nos países em desenvolvimento tem sido acompanhada por efeitos imediatos de recessão, que tendem a prolongar-se mais do que o previsto. O desenvolvimento do sector privado, indispensável nestes programas para relançar as economias nacionais, tem-se traduzido num aumento da informalização da economia e constitui, em muitos casos, a única saída para as populações assegurarem a própria sobrevivência. Os agentes económicos que operam no mercado informal precisam do apoio do Estado, o que leva a grandes limitações quando ele não existe ou é fraco, como em muitos países da África subsaariana. A ajuda do Estado aos operadores informais, quando existe, passa, em geral, através de redes de corrupção e clientelismos, que têm o objectivo de criar categorias privadas privilegiadas que assegurem a manutenção dos bens do sector público nas mãos das mesmas pessoas que detinham este privilégio, na base de uma concepção neopatrimonialista do Estado.

Se de um lado, e até à época colonial, algumas sociedades africanas sobreviveram sem o Estado, apoiando-se sobre as estruturas e as instituições de regulamentação de conflitos entre os grupos, hoje em dia é impensável um desenvolvimento limitado a uma produção local ou regional sem ligação ao mercado mundial e sem a presença de um Estado capaz de regulamentar os mercados e de criar as infra-estruturas necessárias ao desenvolvimento do sector privado.

Dado que a realidade económica predominante, em muitos países da África subsaariana, é o mercado informal, é neste espaço que, provavelmente, embora não exclusivamente, se tem que procurar o empresário africano emergente. Torna-se então prioritária a atenção aos graves problemas que se deparam aos operadores informais, sobretudo nos países em transição. A presença, quantitativa e qualitativamente maciça das mulheres no mercado informal impõe,

portanto, a atenção aos problemas de género. Com estes pressupostos tornar-se-á provavelmente menos difícil encontrar-se uma definição de empresário emergente válida numa ou noutra região da África subsaariana. E se o resultado puder vir a ser ou não considerado uma ou outra expressão do capitalismo, isso é uma questão puramente formal.

A PROBLEMÁTICA DO GÉNERO³ NO CONTEXTO ANGOLANO

Apesar da atenção dada nos últimos anos por parte das organizações internacionais ao problema do género, há uma grande escassez de informação e de estatísticas sobre os problemas do género em Angola e as suas ligações com o desenvolvimento. Os problemas do género em Angola não têm sido, até agora, uma prioridade nacional, quer nas políticas governativas, quer nas propostas dos dois maiores partidos nacionais.

A mulher angolana detém, tradicionalmente, o importante papel de assegurar a alimentação e a manutenção do agregado familiar. Historicamente, em Angola, como em muitas partes da África Austral e Central, a mulher é tradicionalmente independente em assuntos económicos. Não existe um grande controlo, entre homens e mulheres, dos gastos dos rendimentos de cada um e os dois participam de maneira diferente na gestão do agregado familiar. Em toda a costa ocidental africana as mulheres comerciantes são numerosas. Esta actividade de comércio permite às mulheres ganharem dinheiro fora da agricultura, sector em que as mulheres são, em geral, mais numerosas do que os homens e onde desempenham um papel importante.

Muitos dos grandes grupos étnicos em Angola são grupos matrilineares (ex., os Ambundo e os Bakongos) e isto influencia as relações de género pois que, numa sociedade matrilinear, onde a descendência é traçada através das mulheres, a mulher detém um estatuto social mais alto do que nas sociedades patrilineares.

O papel reprodutivo da mulher em Angola, como em muitos outros países africanos, é dignificado e considerado culturalmente o mais importante. A situação de guerra, que teve como resultado o recrutamento de um número crescente de homens, determinou uma série de efeitos, um dos quais é um melhor acesso das mulheres às posições de poder no sector urbano.

Por outro lado, os modos de vida tradicionais são baseados nas relações de parentesco, que determinam os estilos de vida, as normas e os valores transmitidos de geração em geração. Os valores tradicionais afectam as mulheres, positiva ou negativamente, em relação à possibilidade de participar activamente no desenvolvimento. Se, por um lado, a mulher é considerada depositária da cultura nacional, por outro, é esta mesma cultura que inibe, muitas vezes, a sua plena participação na sociedade.

Um aspecto cultural importante da sociedade angolana é a poligamia (casamento de um homem com mais do que uma parceira). São normalmente

motivos socioeconómicos que levam o homem a ter mais que uma mulher. Na área rural, o número de mulheres determina a riqueza do homem. Ter mais mulheres corresponde a ter mais lavras cultivadas. O mesmo se pode dizer relativamente ao número de filhos. Em Angola há mais mulheres que homens e, por isso, também, algumas mulheres aceitam um marido em comum com outras sendo esta a única maneira de elas alcançarem o estatuto socialmente aceite de casadas. Há problemas que são, pois, determinados pelo número de filhos. Por outro lado, ter filhos confere à mulher um estatuto social e, por isso, muitas mulheres, mesmo solteiras, têm-nos. Mas isto determina, na ausência de estruturas de apoio, sérios problemas sociais e de saúde. Na área urbana, em lugar de se praticar a poligamia tradicional, muitas vezes os homens mantêm várias mulheres em casas bastante separadas umas das outras.

É geralmente aceite que o colonialismo e as deslocações devidas à situação de guerra, afectaram os valores tradicionais provocando modificações no estilo de vida dos agregados. As reacções às mudanças sociais dos últimos tempos, não se apresentam de forma única. Se, por um lado, há uma tentativa de cristalização dos valores tradicionais, por outro, há uma atitude "laxista", sendo as duas atitudes prejudiciais a uma real integração da mulher no processo de desenvolvimento.

Quanto às mulheres, elas demonstram geralmente submissão, adoptando as atitudes que delas se espera e dando de si a imagem que lhes é socialmente atribuída. Esta submissão não tem a mesma motivação para todas as mulheres: para algumas trata-se do respeito de uma tradição que elas interiorizam como inerente à ordem natural das coisas; para outras, embora duvidando ou não acreditando nos fundamentos do lugar que lhes é atribuído, sentem-se incapazes de o alterar; outras, enfim, decidem entrar no jogo, esperando obter daí algumas vantagens.

Todas estas atitudes, quer provenham do conjunto da sociedade, ou das próprias mulheres, são, em última análise, o resultado de um choque: o do confronto entre um modernismo importado e sobrevalorizado e as culturas indígenas demasiado tempo desconhecidas, subvalorizadas ou desprezadas. O resultado é um modernismo bastardo, não assimilado e não dominado que é representado sobretudo por modelos de consumo que impõem a importação de bens, o que frequentemente acompanha uma desvalorização interna dos produtos nacionais e, logo, do papel económico da mulher.

A submissão demonstrada pelas mulheres, exprime, em geral, uma decepção ou uma fatalidade, que se traduzem numa perda de confiança nas possibilidades de uma igualdade de oportunidades entre os homens e as mulheres e nelas mesmas. Contudo, esta submissão, assim como as motivações que as originam, apresentam graus diferentes conforme considerarmos a zona urbana ou a zona rural e conforme a origem e a pertença étnica e social da mulher. Por exemplo, quando na célula familiar o homem está ausente, as mulheres organizam-se e assumem comportamentos sociais e económicos de gestão do agregado familiar. Estes comportamentos vão do desenvolvimento

do trabalho feminino no sector informal, à criação de associações femininas, à procura de uma integração nos circuitos financeiros modernos ou ainda à vontade de elevar o próprio nível de formação, tudo isso à procura da independência económica e de auto-sustento. É a este propósito interessante notar como a cidade, nesta fase de transição, se tornou o lugar privilegiado para a aprendizagem de novos papéis dentro da família, sociais e profissionais. A imagem da cidade como lugar de perdição para as camponesas tornou-se um lugar de emancipação das mulheres que demonstram uma clara vontade de se assumirem como agentes sociais e autoras do desenvolvimento.

AS EMPRESÁRIAS DO MERCADO FORMAL EM LUANDA⁴

A representação numérica das mulheres no seio da classe empresarial angolana atinge 50%, percentagem que é muito mais alta se considerarmos as numerosas mulheres que actuam no mercado informal. Em Luanda as empresárias que foram entrevistadas foram contactadas através da Assomel (Associação da Mulher Empresária de Luanda). Estas empresárias, que desenvolvem actividades legalizadas e que estão associadas na Assomel, são, quase sempre, mulheres que tiveram, à partida, condições e oportunidades de acesso à própria actividade, muitas vezes devido ao facto de estarem ligadas por laços de parentesco a "alguém" que lhes podia dar esta oportunidade.

Os problemas de gestão das empresas femininas não são diferentes dos problemas com que se debatem os homens empresários, mesmo se existem dificuldades de carácter cultural sentidas pelas mulheres quando se trata de resolver problemas práticos, como, por exemplo, as relações com os bancos, onde os homens ultrapassam as dificuldades mais fácil e rapidamente.

A problemática de género, no caso específico destas empresárias, parece atenuada pela pertença destas mulheres a uma classe social privilegiada em relação à maioria das mulheres que actuam no mercado.

Os resultados das entrevistas e dos inquéritos aplicados mostram algumas características que achamos pertinente sintetizar:

- a) as empresárias vêm todas da função pública;
- b) todas elas começaram a própria actividade com um capital inicial constituído de poupança pessoal;
- c) a motivação inicial da actividade foi, para todas, a "instabilidade política" no país, razão pela qual perderam o próprio emprego na função pública;
- d) começaram a actividade a partir de 1989, tratando-se de empresas de importação-exportação com sede em Luanda;
- e) todas elas declaram que as empresas não conseguem rendimentos significativos para o próprio agregado familiar.

Estas empresárias, ao pensarmos na classificação de Murteira (1995) sobre os estereótipos do empresário africano, parecem enquadrar-se mais na categoria de "empresário especulador" do que na categoria de inovador ou criador, de cariz shumpeteriano. E se considerarmos a definição de empresário de Shumpeter, achamos que se trata de uma categoria de empresárias que não possuem, à partida, as características específicas do empresário shumpeteriano. A capacidade de inovação destas gestoras de empresa não é evidente, como não o é o facto delas possuírem a capacidade, o engenho e a criatividade necessários, como a literatura sobre o empresário normalmente as define. Parece tratar-se, pois, de um fenómeno bastante comum nos países que viram a aplicação de Programas de Ajustamento Estrutural, ou seja, a emergência de um sector privado constituído por empresários que, vindos da função pública, aproveitam as informações e o apoio da classe política para montar o próprio negócio. É mais fácil, portanto, que se trate de uma expressão do neopatrimonialismo do Estado como Fauré (1995) o define do que de uma reserva de potenciais empresários emergentes, o que não exclui, porém, a possibilidade de que, no seio da categoria dos ex-funcionários públicos tornados empresários, exista um ou outro que possua as características necessárias para se tornar empresário — agente do desenvolvimento.

AS EMPRESÁRIAS DO MERCADO FORMAL EM BENGUELA

As mulheres empresárias que tivemos ocasião de entrevistar em Benguela e Lobito já foram trabalhadoras na estrutura do comércio interno no Estado e têm uma ligação muito grande com o sector informal. Elas assumem uma posição de interventoras económicas e têm uma clara noção do que é o mercado actual angolano.

Elas demonstraram preocupar-se com o conceito de rentabilidade e sobretudo com o conceito de poupança e de acumulação, mais do que foi possível apurar junto das empresárias entrevistadas em Luanda. Em geral, elas criticam o isolamento em que se sentem em relação às instituições oficiais as quais deveriam ocupar-se das mulheres empresárias.

Uma interessante opinião das entrevistadas é a convicção que elas têm de que as coisas só podem começar a funcionar com uma política de ligação ao sector informal. Nas palavras de uma delas: "... a guerra provocou a deslocação das populações do interior do país em direcção às cidades. A capacidade de produção da terra diminuiu e as mulheres dedicaram-se a esta actividade de comércio, que de algum modo está a criar uma certa tradição, de maneira que as mulheres, estrangidas a começarem a fazer negócios, não vão querer voltar atrás. Tal significaria cultivar, esperar os frutos, e isto demora tempo... os negócios são mais rápidos e práticos: achamos difícil que estas mulheres voltem ao campo"⁵.

Podemos constatar, no caso das empresárias contactadas em Benguela, a existência de obrigações sociais em relação ao parentesco que determinam

uma competição entre o resultado económico da empresa e as obrigações extra-económicas. A preocupação com o papel de reprodução e a própria comunidade parece constituir uma prioridade para estas mulheres empresárias, o que nos leva a interrogar se o modo de produção destas empresas corresponde ou não ao modo de produção capitalista entendido no sentido lato e onde, conforme Wallerstein (1974), a característica dominante da actividade é a motivação para o lucro.

Na sociedade angolana, a acumulação do capital social é tão importante que se infiltra na dinâmica da empresa e determina uma evidente competição com o equilíbrio financeiro e a motivação para o lucro. Pareceu-nos evidente, num estudo de caso específico que tivemos ocasião de relatar no nosso trabalho de tese de Mestrado⁶, que a acumulação do capital social é um assunto que diz respeito à mulher num agregado onde o papel do homem não parece ser determinante. A divisão do trabalho dentro do agregado assume, neste caso específico, características próprias que obrigam a ter em conta a acrescida importância do papel feminino na reprodução e no mercado, assim como na compensação da crise de serviços sociais e de infra-estruturas.

AS EMPRESÁRIAS DO MERCADO INFORMAL

Como tivemos ocasião de dizer, é neste sector que se encontra a maioria das mulheres empresárias nas áreas urbanas angolanas que visitámos.

Em Luanda tivemos ocasião de visitar várias vezes três dos principais mercados da cidade: o mercado Roque Santeiro, o mercado dos Kwanzas e o mercado de São Paulo.

O acesso ao mercado Roque Santeiro foi uma tarefa difícil devido a problemas de segurança. O mercado, um dos maiores do continente africano, nascido ao acaso e que registou um forte crescimento a partir de 1991/92, constitui o lugar onde se encontra cada tipo de mercadoria a preços mais ou menos acessíveis para a maioria da população.

As mulheres que entrevistámos são todas comerciantes de peixe. De idades entre 19 e 44 anos, são todas casadas, a maioria delas é originária de províncias vizinhas, como o Bengo, Cuanza Norte e Cuanza Sul, deslocadas em virtude da guerra. Muitas estão nesta actividade desde 1992 (o que parece confirmar a opinião de que a motivação principal destas empresárias é a sobrevivência) e a escolha do produto deve-se ao facto de elas terem outras mulheres da família que já trabalhavam neste sector e à possibilidade de obtenção de rendimentos maiores em relação a outros produtos — o que remete para a existência de motivações económicas que vão além da simples sobrevivência do agregado. Um dos problemas maiores evidenciado pelas empresárias é a falta de capital para adquirir a mercadoria (...se um dia não se tem dinheiro para comprar o peixe, naquele dia não se vende e isto quer dizer que nós e os nossos filhos não podemos comer...). A atenuar os efeitos destas fal-

tas elas relatam a existência de circuitos de ajuda mútua (quixiquila)⁷, mas actualmente esta prática só funciona entre pessoas bem conhecidas. Surgem frequentemente situações em que falta o dinheiro para pôr na ajuda mútua o que pode criar problemas com pessoas desconhecidas por causa da desconfiança sempre crescente, devido à perda de valores morais da sociedade. As mulheres mais velhas são as que têm mais facilidade de acesso a este sistema de empréstimos, pois, em geral, dispõem mais facilmente de dinheiro para poder começar.

O circuito económico é, neste contexto, tão elementar que tudo o que se recebe num dia de venda do peixe serve, para aquele mesmo dia, para comer ou comprar bens de primeira necessidade.

Para o que diz respeito à gestão do rendimento do próprio negócio, as mulheres empresárias que entrevistámos admitem que é um problema só delas, isto é, os maridos "não têm nada a ver com isso, sou eu que estabeleço o quê e quanto, o marido e os filhos comem no dia-a-dia". O que nos parece demonstrar que estas mulheres se tornam, na linguagem de Kilby (1971) "decision makers" que tomam decisões não só sobre a locação e gestão dos recursos que são escassos mas também sobre a distribuição dos rendimentos.

É importante sublinhar que as condições de segurança em que as empresárias trabalham eram, na altura das entrevistas, muito problemáticas. As "quitadeiras" eram alvo de ameaças por parte de "comandos"⁸ e a polícia que deveria garantir a segurança não intervém pois os membros destes "comandos" andam armados a roubar as mulheres e é muito comum haver tiroteios e mortos. Uma mulher entrevistada sobre este assunto, que em geral provoca reacções de desconfiança e receio, disse que "o comando tem muita força e não há nada a fazer para nós, o medo é grande porque eles têm armas e não se importam de usá-las...". Uma outra mulher, a este propósito, contou que: "há dois dias os bandidos vieram ao meu pé e fizeram muito estilo comigo, roubaram o meu negócio e o dinheiro. Uma minha colega chamou a polícia que respondeu: 'que se lixem!'. Eles às vezes matam o gatuno para roubar-lhe o que o outro tinha roubado. O polícia também é gatuno".

Até ao ano de 1992, o mercado dos Kwanzas era um mercado municipal. As mulheres que entrevistámos vendem peixe que é normalmente adquirido no Roque Santeiro em camiões que vendem peixe congelado ou junto dos marinheiros que vendem peixe fresco. São também mulheres, em geral, as vendedoras dos camiões e muitas vezes elas praticam uma forma de empréstimo sem juros, vendendo o peixe às quitadeiras e aceitando ser pagas só depois da revenda ao retalho. Resultou das entrevistas que o rendimento que as quitadeiras conseguem serve apenas para comprar comida e vestuário e que a actividade pode parar em caso de doença de um filho ou de outro membro do agregado familiar. Neste contexto verificamos a existência de regras de parentesco e solidariedade entre os membros da mesma família que permite, a maioria das vezes, prosseguir a actividade no mercado. Neste mercado também se verifica a mesma situação de grave insegurança que vimos no Roque

Santeiro e as mulheres entrevistadas declararam ter muito medo e precisarem de protecção.

Em Benguela, também existem mais empresárias no mercado informal do que no formal. O maior mercado da cidade é o Caponte. Neste mercado há uma grande variedade de etnias, como em Luanda, onde a etnia kimbundo está lado a lado com outras devido às deslocações. No mercado do Caponte a maioria das empresárias é umbundo e vêm do interior da província, deslocadas pela guerra que as obrigou a fazer negócios para sobreviver. São as mulheres entrevistadas em Benguela que nos relatam a presença dos ditos "retornados", isto é, os "zaienses", que, tal como em Luanda, têm uma atitude diferente em relação ao mercado⁹.

BREVE APRECIACÃO DO TRABALHO DE CAMPO

Ao apreciar as discriminações de género, que resultam da análise dos resultados do nosso trabalho de campo, parece que elas assumem, no sector informal, manifestações diferentes das que se observam no sector formal.

No entanto, tanto para as empresárias do sector formal de Luanda, nomeadamente as que entrevistámos e que estão associadas à Assomel, como para as quitandeiras do sector informal, o papel reprodutivo das mulheres [segundo a definição de Moser (1993)] é assumido culturalmente, o que não impede umas e outras de desenvolverem actividades ligadas ao mercado. Uma diferença importante das empresárias do mercado formal relativamente às empresárias do mercado informal é que aquelas não trabalham no mercado para assegurar a sobrevivência do agregado enquanto esta está assegurada à partida devido à pertença a uma classe social que, directa ou indirectamente, se pode identificar com a classe — Estado. Os agregados destas mulheres não são pobres e, como vimos, a classe social a que elas pertencem proporciona-lhes o acesso à educação. São, em geral, mulheres que querem alcançar a própria independência económica, pretendendo uma posição parecida com a dos homens e que têm aspirações ao poder económico e político. As dificuldades que estas empresárias relatam e que provêm da problemática do género, parecem-se mais com as que existem nos países desenvolvidos do que com a realidade das quitandeiras que entrevistámos. Neste contexto, ao colocarmo-nos dentro do paradigma neoliberal, a abordagem de autores como Boserup (1970) ou da corrente WID parece adequar-se melhor às exigências da realidade observada, assim como, dentro de uma análise neomarxista o mesmo contexto se identifica sobretudo com o quadro dos "conflitos cooperativos" de Sen (1990).

As características das quitandeiras que entrevistámos em Benguela são parecidas com as de Luanda, quer na tomada de decisão em relação à distribuição dos recursos e dos rendimentos, quer na observância das regras sociais de parentesco que obrigam a formas de solidariedade e de gastos que muitas vezes resultam em contradição com a lógica da economia de mercado¹⁰. A realidade de campo que presenciámos demonstrou com evidente clareza

a necessidade de redefinir os papéis de homens e mulheres dentro do agregado familiar.

A partir de 1992, com o reacender da guerra civil e no contexto da adopção das medidas de estabilização económica, observam-se mudanças que penalizam, ainda mais, as mulheres do mercado informal. A existência de discriminações do género que estão na base da divisão do trabalho dentro do agregado, e o agravamento destas discriminações, devido, em grande parte, à adopção das medidas de estabilização económica por parte do governo que tem penalizado ainda mais a posição das mulheres no mercado informal em termos de qualidade e quantidade de trabalho, parece-nos uma evidência dos dados que recolhemos. Ao mesmo tempo observa-se, também, uma acrescida responsabilidade e participação das mulheres, no seio do agregado familiar e no mercado.

Neste contexto, a definição de papel reprodutivo de Moser (1993) não parece ser suficiente para captar as consequências provocadas no mercado e nas relações entre os agregados. Simultaneamente, a definição de Becker (1965) de agregado familiar, não nos parece adaptar-se bem à realidade que pudemos observar. Aquela definição é baseada no estereótipo da família nuclear europeia e a realidade que resulta das entrevistas mostra a existência de agregados familiares que têm características peculiares: em geral, são agregados pobres e incluem a família alargada (parentes afastados e vizinhança); o marido está, muitas vezes, ausente (morto, separado ou em muitos casos, ainda no exército ou "aquartelado" nos campos da UNAVEM III) e, quando está presente, na maioria dos casos é desempregado ou subempregado o que impede de contribuir para a satisfação das necessidades básicas dos membros do próprio agregado familiar. Mais, a reprodução social do agregado, que implica obrigações sociais para com a comunidade de origem torna-se também, em muitos casos, uma tarefa exclusiva das mulheres.

A actual realidade angolana é muito complexa e o contexto de desenvolvimento de um processo de paz, lento e conflituoso, não modificou ainda a realidade de um país em guerra há trinta anos e cuja sociedade está seriamente desestruturada. Perante esta realidade complexa, na qual a mulher assume, cada vez mais, um papel fundamental dentro do agregado e no mercado, achamos legítimo interrogar-nos sobre a natureza desta "economia de mercado" cujas expressões e cujos actores fomos observar durante o nosso trabalho de campo. A persistência da falta de emprego para os homens, devido à guerra e às políticas de estabilização económica, favoreceu um contexto que não se pode assimilar ao das economias pré-capitalistas de Rogers (1980), visto que naquelas economias o homem e a mulher tinham um papel bem estruturado. Ao mesmo tempo, a problemática de género individualizada por Becker tem muitas limitações, enquanto o contexto actual de transição não se pode definir como um contexto de economia de mercado (as mulheres não dependem dos ordenados dos maridos como acontecia no período da Revolução Industrial na Europa, a que Becker faz referência). A economia que observámos, também

não nos pareceu capitalista, no sentido de Wallerstein, enquanto o objectivo que move as mulheres do mercado informal a nele intervir é sobretudo a sobrevivência e não o lucro. No contexto que observámos, há necessidade de redefinir papéis, conceitos e categorias de análise e talvez mesmo o próprio conceito de desenvolvimento.

Ao mesmo tempo que a adopção de programas de estabilização económica tem modificado a posição da mulher no mercado e no seio da família, as mulheres, tanto em Luanda como em Benguela e Lobito, evidenciam características comuns, como: uma grande determinação e vontade de melhorar o próprio negócio, uma informação pormenorizada sobre a situação económica do país e ideias bastante claras sobre as necessidades da própria empresa. Ao mesmo tempo, em relação aos assuntos do género, parece existir uma falta total de organização a nível do governo, o que nos parece resultar essencialmente da falta de vontade política. Os problemas do género em Angola são sentidos quase exclusivamente pelas ONGs. Há falta de informação qualitativa e quantitativa sobre as mulheres empresárias e há falta de um apoio concreto do Estado que deveria ser capaz de introduzir reformas nas leis e nos códigos sobre a propriedade da terra, o acesso aos recursos e as novas tecnologias, um Estado que desse atenção ao sector privado e aos actores realmente existentes em Angola.

CONCLUSÕES

Ao abordar a problemática do empresário — do empresário africano — do género e da mulher empresária angolana podemos sintetizar os seguintes pontos:

1. A literatura sobre o empresariado africano tem negligenciado, muitas vezes, a figura do empresário enquanto indivíduo limitando-se a estudá-lo de maneira indirecta. A atenção ao empresário como actor-chave do desenvolvimento ressurgiu na literatura do desenvolvimento económico nos finais dos anos 80, a partir do momento em que a aplicação dos Programas de Ajustamento Estrutural e das políticas neoliberais, em muitos países em desenvolvimento, vieram atribuir importância central ao sector privado da economia. As várias disciplinas das ciências sociais estão, actualmente, à procura de uma definição que apresente uma tipologia do empresariado africano. Paralelamente, e ao longo da década de 80, apareceram diversos trabalhos que procuraram focalizar os problemas e as características das pequenas empresas e a história das relações de género. A análise tradicional não tem, até agora, o género como categoria de análise. A tentativa de introduzi-lo tem encontrado muitos obstáculos de carácter histórico e cultural na comunidade científica.
2. No caso particular de Angola, historicamente as mulheres comerciantes são numerosas e a sua intervenção no mercado tem, sobretudo em perfo-

dos de crise, permitido garantir a subsistência dos agregados familiares. A situação de guerra em que o país tem vivido, fez deslocar para as grandes cidades muitas mulheres que parecem ter desenvolvido ou adaptado estratégias de sobrevivência no meio urbano, aparecendo sempre mais numerosas e mais activas no mercado informal da economia. Simultaneamente, o papel tradicional que dignifica a mulher-mãe e as relações de parentesco, inibem a sua plena participação na economia.

3. De um ponto de vista mais económico, se as empresárias que actuam no mercado informal (sector em que a mulher está numericamente mais presente) parecem adaptar-se à definição de Shumpeter (1961) (no sentido em que tentam maximizar as receitas num meio incerto e precário sendo, ao mesmo tempo capazes de introduzir "inovação" explorando todas as oportunidades), é também verdade, por outro lado, que no contexto angolano, a "empresária" tem comportamentos que escapam à lógica esperada pela economia ortodoxa¹¹. Torna-se, portanto, fundamental estudar, de um ponto de vista pluridisciplinar, estas diferenças de comportamentos, estas diferentes "culturas empresariais" (Murteira 1995). A urgência da atenção aos problemas do género na definição de estratégias de desenvolvimento em Angola resultou, a nosso ver, evidente. Actualmente, no meio urbano, os comportamentos das mulheres demonstram uma vontade de associação, uma procura de integração nos circuitos financeiros modernos, uma vontade de elevar o próprio nível educacional, uma procura, em suma, da sua independência económica. As numerosas desigualdades, entre homens e mulheres, nos rendimentos e nas oportunidades de acesso ao mercado de trabalho, aos recursos financeiros e aos serviços sociais, são problemas que emergem de maneira clara dos dados recolhidos no terreno. A realidade angolana dá indicações de que o género deve ser uma problemática a ter em conta na procura de uma via de desenvolvimento para o país neste período de transição, sobretudo quando da aplicação dos programas de Estabilização Económica resultou um aumento das desigualdades entre homens e mulheres, realidade melhor captada ao nível dos indicadores sociais e de desenvolvimento humano. Procurar identificar o empresariado feminino com o empresariado emergente em Angola levanta, assim, muitos problemas que abrangem as diferentes disciplinas das ciências sociais.
4. Do nosso trabalho de investigação em Angola, podemos identificar duas categorias de empresárias no universo empresarial feminino das cidades que visitámos:
 1. — As empresárias que chamaremos de "elite" no sentido que provêm da elite política e administrativa: gerem pequenas e médias empresas legalizadas, actuam num espaço de mercado que se situa entre o mercado formal e o mercado informal, aproveitando as oportunidades que aí surgem, e têm associações de apoio através das

quais podem fazer chegar ao governo as suas próprias necessidades e dificuldades.

2. — As numerosas empresárias do sector informal: actuam sobretudo no comércio, pois é a única maneira de sobreviver no “meio incerto e precário” da economia angolana actual. Os dados que recolhemos, em Luanda e Benguela, evidenciaram que estas empresárias enveredaram por este caminho, mais por necessidade de sobrevivência do próprio agregado familiar do que por vocação empresarial, mostrando, de qualquer modo, um notável sentido de oportunidade e dinamismo apesar dos numerosos problemas com os quais elas se debatem, desde os relacionados ao abastecimento de matéria-prima e à falta de capital inicial, até à falta de segurança e de garantia de continuidade da própria actividade.

Dentro das duas categorias existem, evidentemente, outras diferenças: dimensão da empresa, sector de actividade, produto comercializado, nível tecnológico, capital inicial e acesso ao crédito e às matérias-primas.

5. Finalmente, ao formularmos a hipótese de que se poderia encontrar nas empresárias do mercado informal das cidades que visitámos o germen do empresário emergente necessário ao desenvolvimento do sector privado em Angola, os resultados da nossa investigação (se bem que limitados quantitativamente) demonstram a existência de discriminações e preconceitos relativamente ao género, que poderiam estar na base das dificuldades de identificação do empresariado africano à luz das teorias económicas dominantes.

A resolução de problemas como o das discriminações do género, poderia advir da introdução no modelo da economia de mercado das variáveis necessárias à eliminação das diferenças de rendimentos entre grupos. Redesenhar o modelo com o objectivo de dar atenção prioritária aos grupos mais desfavorecidos e à eliminação das diferenças de rendimento e de riqueza entre os homens e as mulheres, entre os países ricos e os países pobres, implica questionarmo-nos sobre as relações de poder histórica e socialmente valorizadas entre homens e mulheres. Assunto difícil, enquanto põe em discussão o poder masculino, mas que poderia permitir uma nova abordagem da problemática do desenvolvimento. Num país como Angola, uma tal abordagem permitiria identificar melhor as características da cultura empresarial existente, que acreditamos estar presente nas mulheres angolanas e ter um peso importante.

NOTAS

- (1) Relativamente a este conceito — agregado familiar — Young (1993) p.114, define-o do seguinte modo:...*international guidelines... which broadly define a household as a number of individuals who live together and provide the basic needs for themselves, their children and relevant others (i.é., those who live under one roof and share a common pot).*
- (2) Kilby (1971).
- (3) O termo género é tradicionalmente entendido como a diferença biológica entre homem e mulher. É relativamente recente o seu uso nas ciências sociais, para compreender a construção social das discriminações, entre homens e mulheres, baseadas nas diferenças biológicas.
- (4) Achamos importante esclarecer que o mercado real angolano actualmente é uma realidade muito complexa o que leva os empresários a desenvolver a própria actividade num espaço que se situa entre a formalidade e a informalidade assim como é definida pela literatura. Por exemplo, as empresárias de empresas legalizadas que contactámos utilizam em geral recursos humanos do sector informal para a distribuição ao retalho das mercadorias.
- (5) Entrevista com D. Fátima, gestora de uma loja de vestuário no Lobito, no dia 8 de Maio de 1996.
- (6) Grassi, M. (1997) "O papel da mulher empresária angolana: contributo para uma reflexão" — Tese de Mestrado em Estudos Africanos, pp. 110-111.
- (7) É uma forma de poupança, uma espécie de pacto entre as mulheres que funciona como um verdadeiro banco: cada mês cada mulher fornece uma quantia X de dinheiro e só uma beneficia do total, em rotação. Não existem "juros" e devolve-se o que foi emprestado.
- (8) Ex-militares, agora desempregados que lutam pela própria sobrevivência de maneira violenta. A polícia não tem capacidade de enfrentar estes elementos por falta de preparação técnica, física e militar e, sobretudo, por serem tão mal pagos, o que os leva a fechar os olhos sempre que podem.
- (9) A partir do ano da independência, e mesmo antes, devido à repressão colonial, houve muitos angolanos que foram viver para o Congo e para o Zaire. Quando Angola conquistou a independência, a maioria dos angolanos não tinha muita feição para o negócio e o comércio era controlado pelos colonos. Os angolanos "retornados", ao contrário, voltaram ao país com uma filosofia de negócio rápido e fácil e tomaram conta, praticamente, de todo o mercado informal em Angola. No período do Partido Único, havia um controlo sobre o mercado informal e havia também repressão, sendo quase tudo feito na base do roubo e do contrabando. Os produtos comercializados eram bens de consumo rápido, bens alimentares, vestuário, calçado, tudo mercadoria importada. Os "zairenses" que tinham dificuldade na língua portuguesa, expressando-se na língua materna (kikongo ou outras), passavam os produtos às mulheres que faziam a venda a retalho. Com a recente abertura ao mercado deixou de haver controlo sobre os produtos que entram e saem, e os "zairenses" adquiriram muito poder económico, tornando-se intermediários do comércio. Na prática, eles apropriam-se do produto que as retalhistas comprariam directamente aos produtores, ficando com a parte de lucro maior no circuito comercial.
- (10) Ver Van Dijk (1986) e Hugon (1995).

- (11) A economia clássica, em geral, acha que a inovação shumpeteriana tem que ser procurada nas pequenas empresas, enquanto Galbraith (1997) põe isso em dúvida, chegando a duvidar que o capitalismo clássico possa produzir o desenvolvimento.

BIBLIOGRAFIA

- AKESSON, L. (1992) *Análise sobre o género em Angola*, ASDI, Luanda.
- BAUMOL, W. J. (1988) "Entrepreneurship in economic theory" in *American Economic Review*, Papers and Proceedings.
- BECKER, G. (1981) *A treatise on the family*, The University of Chicago Press, Chicago.
- BENERIA, L. (1979) "Reproduction, production and the sexual division of labour" *Journal of Economics*, 3 Cambridge.
- BENERIA, L. (1995) "Toward a greater integration of gender in Economics" in *World Development*, Great Britain.
- BERMAN, B. J. e LEYS, C. (1994) *African capitalists in African development*, Boulder, Colorado.
- BOSERUP, E. (1970) *Woman's role in economic development*, St Martins Press, New York.
- BRYDON, L. e CHANT, S. (1989) *Women in the third world, Gender issues in rural and urban areas*, Biddles Ltd. London.
- CAGATAY, N. ELSON, D. GROWN, C. (1995) "Introduction" in *World Development*, vol. 23, Elsevier Science Ltd., Great Britain.
- CHARMES, J. (1992) "Le secteur informel, nouveau enjeu des politiques de developpement"? *L'Homme et la société*, pp. 105-106 Orstom, Paris.
- COLLIER, P. (1995) "Gender aspects of labour allocation during structural adjustment: a theoretical framework and the Africa experience" in Horton, Kanbur e Mazumdar *Labour market in a era of Adjustment*, Vol. 1, The World Bank, Washington.
- COPANS, J. (1995) *Entrepreneurs et entreprises dans l'anthropologie et la sociologie africanistes* in Ellis — Fauré (1995)
- COQUERY VIDROVITCH, C. (1983) *Entreprises et entrepreneurs en Afrique, XIX-XX siècle*, L'Harmattan, Paris.
- ELLIS, S. e FAURÉ Y. A. (1995) *Entreprises et entrepreneurs africains*, Karthala, Orstom, Paris.
- ELSON, D. (1993) "Gender-aware analysis and development economics" in *Journal of International Development*, vol. 5.
- FAURÉ, Y. A., MEDARD, J. (1995) *L'Etat business et les policiers entrepreneurs* in Ellis — Fauré
- FLORO, M. S. (1995) "Womens well-being, Poverty, and work intensity" in *Feminist Economics*, 1.

- FOLBRE, N. (1995) "Floor discussion of "Engendering Economics: New perspectives on women, work and economic change" *Annual World Bank Conference on Development Economics*.
- FRIEDMANN, J. (1996) "Empowerment. Uma política de desenvolvimento alternativo", Celta Editora, Oeiras.
- GALBRAITH, J. K. (1997) "A *Sociedade Desejável*", Europa-América, Portugal.
- HOPKINS, G. A. (1995) *Les entrepreneurs africains et le developpement de l'Afrique* in Ellis — Fauré (1995).
- HUGON, P. (1980) "Secteur non structuré ou hétérogénéité des formes de production urbaines" in *Revue Tiers Monde*, XXI.
- HUGON, P. (1995) *Les entrepreneurs africains et l'analyse économique* in Ellis — Fauré (1995).
- HULRICH, S. (1992) *Mulheres no desenvolvimento: "Angola, análise genérica do país"*, ASDI, Luanda.
- KABEER, N. e HUMPHREY, J. (1993) "Neo-liberalism, Gender and the limits of the market" in *States or Markets?*, Colclough, C. e Manor J. (eds), Oxford.
- KENNEDY, P. (1995) *Les obstacles politiques au capitalisme africain* in Ellis — Fauré (1995).
- KILBY, P. (1971) *Entrepreneurship and economic development*, New York, The free Press.
- LABAZÉE, P. (1990) "La gestion de l'entreprise africaine: Reflexions sur les fonctions sociales d'un mythe techniciste", *Revue Tiers Monde*, t. XXXI.
- LABAZÉE, P. (1991) "Un terrain anthropologique a explorer: l'entreprise africaine" in *Revue Tiers monde*.
- LAUTIER, B. (1994) *L'économie informelle dans le tiers monde*, La Decouverte, Paris.
- MAGUIRE, P. (1984) *Women in development: an alternative analysis* Mimeo Amherst, MA: Center for international Education, University of Massachussets.
- MAZRUI, A. A. (1992) "A mulher na economia africana: comentário sob um prisma sociológico" in *Finanças e desenvolvimento*, Lisboa.
- MOORE, H. (1988) *Feminism and anthropology*, Polity Press, Cambridge.
- MORICE, A. (1985) "Commerce parallèle et troc à Luanda" in *Politique Africaine*, 17.
- MOSER, C. (1984) "The informal sector reworked: viability and vulnerability in urban development" in *Regional Development Dialogue*, 5.
- MOSER, C. (1993) *Gender planning and development*, Routledge EUA Canadá.
- MURTEIRA, M. (1995) "Empresariado, regras do jogo e mudança estratégica" texto inserido num *Projecto de investigação INDEG-ISCTE em colaboração com a CESO I&D*, de que o autor é coordenador, Lisboa.
- MURTEIRA, M. (1996a) "Empresariado nacional e transição para a economia de mercado na África Lusófona" in *Economia global e gestão*, n. 1 AEDG/ISCTE, Lisboa.
- MURTEIRA, M. (1996b) *Economia do Mercado Global*, Presença, Lisboa.
- N.U. (1994) *Relatório da República de Angola, 4ª Conferência Mundial das Nações Unidas sobre a mulher*, Luanda.

- NÉLSON J. (1995) "Feminism and economics" in *Journal of Economic Perspectives*, vol. 9.
- PALMER, I. (1992) "Gender equity and economic efficiency in adjustment models" in Afshar and Dennis (eds) *Women and Adjustment Policies in the third world*, Mac Millan, London.
- SEN, A. (1990) *Gender and co-operative conflict*, I. Tinker ed. Oxford University Press, Oxford.
- SHUMPETER, J. A. (1961) *The theory of economic development*, New York, Oxford. Tradução inglesa do original alemão (1912)
- SHUMPETER, J. A. (1984) *Capitalism, Socialism and democracy*, Payot, Paris.
- TALI, J. M. MAKEBO (1995) "La chasse aux zairois à Luanda" in *Politique africaine*, 57.
- TINKER, I. JAQUETTE, J. (1987) "UN decade for Women: its impact and legacy" *World Development* 15.
- VARLEY, A. (1996) "Women heading household: some more equal than others?" in *World Development*, Great Britain.
- VV. AA. (1995) "Rethinking Social development: Dawn's Vision" in *World Development*, 3.
- WALLERSTEIN, I. (1974) *The modern world system*, Academic Press, New York.
- WALLERSTEIN, I. (1991) *Histoire et dilemmes des mouvements antisystémiques*, La Découverte, Paris.
- YOUNG, K. (1993) *Planning development with women: making a Worlds of difference*, Macmillan, London.